

# **O REAL X O IDEAL: COMO RESOLVER O IMPASSE DO DUALISMO ENTRE O IDEAL E O REAL NO ATUAL CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO EDUCACIONAL BRASILEIRO?**

Mirian Marta da Silva Cavalcante<sup>1</sup>

**Resumo:** Idealismo e Realismo são correntes filosóficas que apresentam a forma de como o conhecimento é adquirido pelos indivíduos. Platão e Aristóteles formularam correntes diferenciadas, mas que ao final convergem entre si, pois ambas são formas de se chegar a um determinado conhecimento. Os filósofos em questão deram suas contribuições e considerações a cerca da formação do indivíduo relacionada ao âmbito educacional. Ambos apresentam a educação como meio pelo qual o ser humano se constitui um cidadão na sociedade a qual faz parte. Tendo em vista que todo ser humano deve-se harmonizar com os demais que vivem no meio o qual está inserido, o princípio da inclusão social é muito importante e ao que se refere ao ambiente escolar, esse se torna cada vez mais propício a uma educação igualitária e ao respeito às diferenças.

**Palavras- chave: idealismo, realismo, inclusão.**

## **Introdução**

A educação é o princípio básico para a formação de qualquer indivíduo e de sua posição na sociedade.

Sob a perspectiva do pensamento filosófico Platão e Aristóteles mantêm ideias divergentes a cerca da formação do conhecimento do indivíduo. Entretanto, ambos se preocupam com a formação do homem e de suas virtudes. Cada filósofo sugere um princípio e uma explicação de como a educação deve ser tratada para a inserção do indivíduo na sociedade como um ser cidadão.

O princípio da educação inclusiva é assegurado a partir da Declaração de Salamanca que apresenta que toda criança tem direito à educação, a mesma deve ser oportunizada a alcançar e a manter um nível adequado de aprendizagem, além de que toda criança que possui necessidades educativas especiais tem direito ao acesso às escolas regulares. Partindo dessa confirmação nos inquietamos para conhecer a realidade das escolas no recebimento das Pessoas com necessidades Especiais e como tem se efetivado o processo de ensino-aprendizagem. Nosso intuito nesse contexto é aferir se os professores estão subsidiados para

---

<sup>1</sup> Diretora de Ensino do município de Bom Jardim- PE. Professora da Rede Municipal de Ensino em João Alfredo- PE. Graduada em Língua Portuguesa. Especialista em Ensino da Língua Portuguesa. Mestre em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade. Doutoranda em Ciências da Educação. E-mail: junior.mirian@hotmail.com

receber esse público ofertando a eles tudo que de direito favoreçam sua inserção social e garanta o direito de aprendizagem.

## **Idealismo e Realismo: os dois maiores pilares da filosofia**

Nos dias atuais tem-se o conhecimento de que na filosofia o Realismo e o Idealismo são as duas principais correntes filosóficas de pensamento.

Platão apresenta uma corrente que revela uma proposta divergente á do realismo aristotélico: O idealismo.

Finalmente, podemos concluir que, com a teoria das ideias, Platão pretendeu sustentar o seguinte: o sensível só se explica mediante o recurso ao supra-sensível, o relativo mediante o absoluto, o sujeito a movimento mediante o imutável, o corruptível mediante o eterno. (ALMEIDA, 2014, p. 63 apud REALE, 2005, p.138)

O Idealismo tem por objetivo maior submergir no eu, buscar entender aquilo que compõem esse eu pensante. Mas, para se entender essa estrutura faz-se necessário não acreditar em nada que sugira alguma dúvida, ou seja, a corrente idealista é extremamente cética. Nesse viés se tem o Idealismo como a corrente das ideias, em que, as mesmas serão o principio formador do ser e do conhecer.

Entretanto, Aristóteles opondo-se a seu mestre, Platão, traz à tona a corrente realista, que revela a construção de um mundo sensível construído a partir da realidade que é vista. Sendo assim, o Realismo vem revelar a existência do mundo e das coisas que o compõem.

Dessa forma observa-se que ambas as correntes tem seus objetos de estudo totalmente diferentes, a realidade mesma para o Realismo e o eu pensante para o Idealismo.

Apesar das correntes terem concepções diferenciadas pode-se afirmar que, para alcançarmos determinado conhecimento, seja ele real ou ideal, é levado em conta a convergência entre as mesmas.

Ou seja, Realismo e Idealismo são formas que a nossa mente utiliza para avançar no entendimento das coisas. Primeiro vemos um objeto, um fenômeno como ele é, depois, com o tempo, vamos percebendo o fato, o objeto, o fenômeno, do nosso jeito, com o conhecimento que temos. É o idealismo. Neste momento cada um interpreta de um jeito. (MORAES, 2014)

Dessa forma pode-se perceber que o Realismo e o Idealismo são formas diferenciadas para se chegar a um determinado conhecimento.

## **Platão: o pai das ideias e sua influência na educação**

Platão é considerado um dos grandes filósofos mais importantes da era clássica. Sua filosofia baseia-se na concepção de que, o mundo que é percebido a partir dos sentidos é

ilusório, entretanto, o mundo espiritual é mais elevado, pois nele residem, verdadeiramente, as ideias conhecidas unicamente pela razão. Sendo assim pode-se afirmar que para Platão: “(...) a convicção de que nada há de permanente no mundo físico e de que o verdadeiro conhecimento não pode vir por meio dos sentidos.” (REAPER; SMITH, 1991, p.17).

Platão além de grande filósofo também é reconhecido como primeiro pedagogo. Suas ideias acerca da educação é contrária a dos sofistas, que pregavam uma educação voltada para a transmissão de conhecimentos técnicos para que os jovens que compõem a elite grega tornassem aptos à ocupação de cargos políticos.

Entretanto, Platão apresenta uma educação como um processo de construção contínuo da virtude, da justiça e da verdade. Pode-se afirmar, também, que a busca pela virtude dura uma vida inteira, e que dessa forma a educação não pode se restringir, apenas, a época da juventude, e que o ato de educar é responsabilidade de toda a sociedade.

Sua concepção da educação do indivíduo, tendo como objetivo fundamental a formação do ser humano virtuoso, ou em outras palavras, a busca da excelência humana, o desenvolvimento dos valores que distinguem e aperfeiçoam o ser humano em relação aos animais, só pode ser compreendida a partir de pressupostos das visões de mundo da cultura grega. (PAVIANE, 2008, p.07)

Quando se fala na educação apresentada por Platão, não se deve pensar apenas nas questões pedagógicas, mas também as filosóficas, pois será a partir dessas concepções que os programas educacionais se sustentarão.

Sendo assim, pode-se dizer que para Platão a educação se apresenta como um princípio de formação moral. Tendo em vista que a mesma é o princípio básico que rege as instituições sociais.

Não é a toa que Platão é considerado o primeiro pedagogo, pois foi a partir dele que houve as primeiras discursões à cerca das escolas públicas, da inclusão da mulher no meio educacional e da interdisciplinaridade. Sendo assim:

Platão propõe, e debate, pela primeira vez temas como os das escolas públicas, mantidas pelo estado e o da educação das mulheres. E, é obvio, fornece orientação e finalidade para os estudos filosóficos, sem ignorar a função interdisciplinar da filosofia, como articuladora dos demais tipos de investigação. (PAVIANE, 2008, p.106).

Na obra platônica pode-se destacar o diálogo *Leis* como uma das obras que apresenta maiores detalhes a respeito do pensamento do filósofo sobre o tema educação. Nele é apresentada as recomendações éticas para os cidadãos, a forma de autoridade dos responsáveis pela educação, assim como o currículo a ser executado para a formação educacional das crianças de diferentes faixas. É nessa obra que é apresentado detalhes mais nítidos do projeto educacional proposto pelo filósofo.

Ao se ater no último tema elencado: o currículo. Platão apresenta uma proposta reguladora para a educação voltada para as crianças de faixas etárias diferentes e o que cada uma delas deverá ter acesso ao ingressar nas escolas. O mesmo apresenta diferentes atividades que vai desde as lúdicas até a leitura e a apresentação de comédias e tragédias da cultura grega. Conforme se pode observar na citação seguinte:

Platão pretende regulamentar a educação das crianças nos seis primeiros anos e dos maiores de seis anos. Dá importância às atividades lúdicas. Sugere normas sobre dança e melodias, (...) sobre o funcionamento dos ginásios e das escolas, sobre o estudo das letras, sobre a produção dos poetas e sobre a leitura, (...), a apresentação de comédias, tragédias e, ainda sobre a censura. ( PAVIANE, 2008, p. 107)

. O filósofo-pedagogo afirma que, para se chegar ao conhecimento os alunos devem participar de debates e conversações que envolvam temas de diversas áreas do conhecimento. Desta forma pode-se dizer que, para Platão a educação se apresenta como um processo contínuo que envolve de construção do homem moral. A educação para o mesmo deve envolver os alunos em práticas que desenvolvam o intelecto e o lado físico dos discentes.

### **Aristóteles e seu realismo pedagógico**

Aristóteles diz que a educação é um processo de aprimoramento da natureza humana, ou seja, o homem é um ser racional e social e que a educação é um ato formador do indivíduo para viver em sociedade. Desta forma, a ação pedagógica deverá ser instituída afim da valorização, do fato, que todos são participantes de uma mesma sociedade.

É preciso, ademais, que todo cidadão se convença de que ninguém é de si mesmo, mas que todos pertencem ao Estado, de que cada um é parte e que, portanto, o governo de cada parte deve naturalmente ter como modelo o governo do todo. (ESTEVEZ; GONÇALVES; SANTOS, 2012, p.11 apud ARISTOTES, 1998, p.78).

A partir das afirmações apresentadas no exposto pode-se afirmar que, para uma boa ação pedagógica ocorrer faz-se necessário que se leve em consideração que todo indivíduo faz parte de um todo, a sociedade em que vive, e que o governo dessa sociedade tem que se direcionar ao governo das partes menores, ou seja, dos grupos diversos. Sendo assim a educação proposta pelo filósofo deve ter o objetivo de formar o indivíduo um cidadão atuante e esse se deve harmonizar com os demais, ou seja, com o todo.

Dessa forma percebe-se que se cada indivíduo faz parte de um todo, todos devem receber uma mesma educação pública, sem distinção. Pois é a partir dessa educação pública que o indivíduo tornar-se-á cidadão.

A preocupação do filósofo em relação à educação parece extremamente atual. É sabido que a educação é um direito de todos e cabe ao Estado assegurar esse direito. A educação da criança deve ser assegurada para que a mesma se torne um bom cidadão consciente de suas responsabilidades em sociedade.

A criança não é completamente desenvolvida, e portanto suas qualidades obviamente não podem ser consideradas apenas em relação a ela mesma, e sim ao homem inteiramente desenvolvido, ou seja, à pessoa que tem autoridade sobre ela. (GARCIA; NOSELLA, 2009, p.33 apud ARISTÓTELES, 1985, p.33)

Ao se fazer essa afirmação o filósofo expressa que a criança é um ser dependente e com limitações. A mesma apresenta-se como um ser incompleto e deve ser cuidada e educada para que só assim se desenvolva e seja apta a realizar diferentes tarefas.

Sendo assim, Aristóteles propõe uma educação que forma o indivíduo para exercer sua função de cidadão. Ou seja, o processo educativo estabelece um aprimoramento na natureza do ser humano.

### **A inclusão educacional a partir das principais perspectivas filosóficas**

Ao se tratar da educação inclusiva e do acesso de crianças especiais à educação em escolas regulares, o tema tem gerado diversas discussões, reflexões e até mesmo preocupações, pois a educação inclusiva propõe ao ensino diversas mudanças que devem considerar a heterogeneidade do contexto educacional.

Ao que concerne o termo inclusão deve-se entender as duas formas distintas que a mesma pode apresentar-se de acordo com a sua implementação e a metodologia de desempenho: a inclusão essencial e a inclusão eletiva.

De acordo com os pressupostos de Rodrigues (2006) pode-se definir inclusão essencial como sendo:

A inclusão essencial é a dimensão que assegura a todos os cidadãos de dada sociedade o acesso a participação sem discriminação a todos os seus níveis de serviços. Assim, a inclusão essencial pressupõe que ninguém pode ser discriminado por causa de sua condição pessoal no acesso a educação, saúde, emprego, lazer, cultura etc. É uma questão que se prende com os direitos humanos e com uma acepção básica de justiça social. (RODRIGUES, 2006, p. 11).

Todos os indivíduos são constituintes de uma sociedade que se subdividem em grupos, sejam eles determinados por questões profissionais afetivas ou familiares. Nessa mesma sociedade é perceptível que existem lugares determinados para pessoas que estejam sujeitas à exclusão. A esse respeito vê-se o exemplo de pessoas com necessidades especiais podem ter acesso à inclusão essencial, entretanto elas serão consideradas pertencentes ao grupo de

peessoas que possuem alguma deficiência e que seu envolvimento ou participação em outros grupos será desnecessário ou até mesmo inadequado. Sendo assim, uma inclusão essencial não abre caminhos para a interação das pessoas “especiais” com os demais indivíduos tidos como “normais” para a sociedade.

Por outro lado, a inclusão eletiva se apresenta de outra forma como pode ser observada na citação: “(...) Esta dimensão assegura que, independentemente de qualquer condição, a pessoa tem o direito de se relacionar e interagir com os grupos sociais que bem entende em função dos seus interesses (...)” (RODRIGUES, 2006, p. 11).

Dessa forma percebe-se na dimensão eletiva da inclusão apresenta de uma forma mais plausível os direitos humanos que qualquer individuo tem, independente de sua condição, tendo ele além de um lugar na sociedade a asseguaração de seu direito de escolher e optar por aquilo que anseia.

Quando se fala da temática educação é importante lembrar que a mesma é um direito de todos e que deve ser assegurada pelo governo.

A educação especial era vista como um componente do sistema educacional que propunha organizar e implementar políticas isoladas e particulares para atender crianças com determinado tipo de necessidade especial seja ela física, mental ou sensorial. Essa forma de educação surge para oportunizar esse grupo de pessoas, mas que de certa forma subjaz as dificuldades de interação dos alunos “diferentes” e apresentava-se como um instrumento de segregação. Ao manter as crianças com necessidades especiais isoladas das demais, ditas como normais pode, de alguma forma, comprometer o desenvolvimento social da mesma.

Manter as pessoas com necessidades especiais isoladas das ditas normais não parece que seja uma prática positiva. Ao se viver isolado, passa-se, não só, a não se envolver com as situações sociais que estão em constante transformação, como também a conviver demasiadamente num ambiente em que muitas vezes não propõe desafios que possam levar ao desenvolvimento. (SELAU, 2010, p. 22 )

Para Selau (2010) mesmo as escolas especiais apresentando-se como um sistema em que ocorre um atendimento segregado, ela não é vista como um modelo exclusivamente negativo, pois para que a inclusão escolar ocorra a criança tem que ter contato com à prática escolar e a escola especial teria como objetivo principal de garantir o envolvimento da criança com a vida escolar tornando a sugestão da educação inclusiva viável.

Ao tratar da inclusão educacional, tem-se um processo em que visa a inserção de todos os estudantes nas instituições escolares de ensino regular. Essa forma de se fazer educação é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no capítulo V que diz: “Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação

escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” (LDB, 1996, p.33).

Dessa forma percebe-se que a educação é um direito igualitário e que dessa forma a cultura da exclusão e da segregação começará a ser abolida, pois todas as crianças tem pleno direito de aprender e desenvolver suas potencialidades e devem ser respeitadas de acordo com as suas especialidades.

A educação inclusiva também é assegurada por um dos principais documentos que visam a inclusão social: a Declaração de Salamanca.

A Declaração de Salamanca foi elaborada em uma conferência mundial a cerca da Educação Especial em 1994, que visa fornecer diretrizes básicas para serem executadas em sistemas de educação em relação às perspectivas da inclusão.

O documento apresenta a ampliação do conceito de necessidades especiais, que visa à inclusão de todas as crianças que, por algum motivo não esteja sendo beneficiado no processo educacional.

Uma das implicações propostas a partir da Declaração de Salamanca faz referência á educação inclusiva, de acordo com o documento elaborado na conferência realizada na Espanha em 1994:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (ESPANHA, 1994)

A Declaração destaca que a escola deve propiciar um ambiente favorável á aquisição da aprendizagem e a igualdade de participação e que a aprendizagem da mesma deve ocorrer de forma coletiva, a partir da interação entre elas, independente de suas diferenças e dificuldades. Para que tal princípio se consolide é responsabilidade da escola inclusiva se adaptar a necessidades diversas dos alunos especiais, para que só assim uma educação de qualidade seja assegurada assim como, a adaptação da mesma nas escolas que seguem o modelo de uma educação inclusiva. Dessa forma, a escola deve assegurar as crianças com necessidades educacionais especiais suporte extra, caso necessite, para a consolidação de uma educação efetiva.

(...) os seres humanos são iguais porque são diferentes, ou seja, o que constitui a igualdade do ser humano é a sua diferença, é aí que está a potência do acontecer e viver dos seres humanos. É essa potencia dos seres humanos, ou melhor, é a

igualdade na diferença que proporciona a riqueza da vida, que gera outras formas de existir e está no mundo. (...) (ALMEIDA, 2009, p.67)

A cultura da inclusão estabelece a igualdade de todos, apesar de suas diferenças. É a partir dessa perspectiva que a educação inclusiva deve se basear para garantir a igualdade de direitos de todas as crianças inseridas no contexto escolar. Dessa forma percebe-se que o sistema educacional deve estar a favor de todos independente das dificuldades e das deficiências que as crianças possam apresentar. A escola inclusiva deve trabalhar com o princípio de que todas as crianças são iguais, mesmo apresentando suas diferenças.

## **Metodologia**

Nosso estudo abrange conhecimentos teóricos vinculados à prática pedagógica dos professores da Educação Infantil em uma escola de rede municipal de Bom Jardim- PE. A escolha pela instituição partiu da realidade da concentração de mais pessoas com deficiência nessas turmas.

Optamos pela pesquisa qualitativa com a aplicação de questionários contendo cinco perguntas alternadas entre abertas e fechadas sobre a aprendizagem das pessoas com deficiência e a formação dos educadores que lidam com elas. Fazem parte do quadro de professores da Educação Infantil I e II, três professoras, com faixa etária de 20 a 34 anos. Todas cursando licenciatura em Pedagogia.

Percebemos a importância desses participantes como base para obtenção dos dados.

A análise das respostas dos questionários tiveram como objetivo fornecer ao pesquisador informações que o incitasse a perceber como a Educação Inclusiva vem sendo trabalhada no referido estabelecimento de ensino.

## **Resultados**

Neste tópico, expomos os resultados da análise de dados de cunho qualitativo dos questionários aplicados aos três professores da Educação Infantil, em que mostramos a percepção que apresentam acerca da Educação Inclusiva e como tem sido sua prática diária nessa modalidade.

Nas tabelas abaixo, destacamos as questões discursivas utilizadas como instrumento de coletas de dados e, pautados nesses dados, selecionamos as questões precisas para validação da análise.

Tabela 1- Apresentação da questão 2

<b>Pergunta</b>	<b>Respostas</b>
2- Você acha que a escola (no geral) está preparada para incluir?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma professora respondeu que sim e duas que não.</li> </ul>

Tabela 2- Apresentação da questão 3

<b>Pergunta</b>	<b>Respostas</b>
3- Defina inclusão	<p>Professora 1- é quando de fato o aluno está inserido no âmbito escolar, contando com profissionais capacitados e com uma escola que promova estruturas que contribuam para melhor facilitar suas necessidades especiais.</p> <p>Professora 2- A inclusão é acolher todas as pessoas sem exceção, independente de cor, classe, condições físicas e psicológicas.</p> <p>Professora 3- Inclusão é acolher todas as pessoas, sem exceção, independente de cor, religião, classe social, condições físicas e psicológicas.</p>

Tabela 3- Apresentação da questão 4

<b>Pergunta</b>	<b>Respostas</b>
4- As Pessoas com Necessidades Especiais desta escola estão tendo de fato uma educação de qualidade? Por quê?	<p>Professora 1- Sim. Porque eles contam com professores capacitados e com um auxiliar que ajuda dando suporte.</p> <p>Professora 2- Não, porque nós professores ainda não fomos capacitados para atender</p>

	<p>alunos com estas especialidades, mas damos o melhor de si para que eles aprendam.</p> <p>Professora 3- Não. Porque ainda não fomos capacitados para atender alunos com necessidades especiais.</p>
--	---

Tabela 4- Apresentação da questão 5

<b>Pergunta</b>	<b>Respostas</b>
5- Se você ensinasse a uma pessoa com necessidades especiais, saberia conduzir com segurança o processo de ensino-aprendizagem?	<p>Professora 1- Sim.</p> <p>Professora 2- Não, mas eu buscaria meios para dar a ela uma melhor aprendizagem...</p> <p>Professora 3- Não, mas buscaria meios para que a criança se desenvolvesse cada vez mais.</p>

### **Discussão**

Apoiados nas respostas dadas pelas professoras entrevistadas, podemos constatar que a inclusão de fato ainda não acontece como deveria porque os professores ainda estão aquém de como promover um ambiente de ensino-aprendizagem a esse público que vai bem mais do que o cuidar. Percebemos que apenas uma professora está adentrando pelo caminho da inclusão, enquanto as outras duas ainda confundem a inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais com diferenças sociais com etnia, cor, religião. As duas também concordam que há uma escassez no que diz respeito à formação de professores para esse público e afirmam a insegurança em lidar com eles, porém não descartam a possibilidade de buscar meios por conta própria para oferecer o melhor.

De acordo com a realidade dos professores da escola em análise, podemos constatar que a educação Inclusiva precisa de mais apoio e direcionamento para os profissionais que recebem essas crianças em sua sala de aula.

## Considerações finais

A partir do exposto acima se pode dizer que a cultura da inclusão educacional é um princípio importantíssimo para a formação da criança com necessidades educacionais especiais.

O princípio da inclusão deve assegurar o direito da criança frequentar escolas regulares e que essas se responsabilizem por apresentar suportes extras para que a educação da criança seja efetivada e que sua aprendizagem seja garantida.

É sabido que a interação social das crianças com deficiência junto com outras ditas como normais influenciam no desenvolvimento das mesmas em relação ao seu crescimento social.

A educação inclusiva deve partir do pressuposto que a diversidade do contexto escolar deve ser vista como uma forma de oportunizar e inovar situações de aprendizagem. Essa forma de educação tem um aspecto desafiador, pois as escolas devem apresentar políticas de integração de modo que as crianças se sintam capazes de superar seus desafios e sejam tratadas de forma igualitária.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Fernanda Ma Gonçalves et al. **Cultura escolar e inclusão. Compreendendo o território-lugar como ponto de partida para a inclusão social.** 2009. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7333367-Cultura-escolar-e-inclusao.html>>. Acesso em: 13 abril de 2016.

ALMEIDA, Marcia Bastos de et al. **Filosofia.** Londrina: Editora e Distribuidora S.A., 2014.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico].** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 7ª edição.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 26 de abril de 2016.

ESTEVES, Júlio Cesar Ramos; GONÇALVES, Carolina Frago; SANTOS, LENILSON, Alves dos. **Ética, política e educação em Aristóteles.** 2012. Disponível em: <<http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONITER/GT18%20Acesso%20E0%20justi%20E7a,%20direitos%20humanos%20e%20cidadania/%C9TICA,%20POL%20CDTICA%20E%2>>

0EDUCA%C7%C3O%20EM%20ARIST%D3TELES%20-%20Trabalho%20completo.pdf>  
Acesso em: 10 de abril de 2016.

GARCIA, Alessandro Barreta. NOSELLA, Paolo. **Educação em Aristóteles: vida, estrutura política e concepção educacional**. 2009. Disponível em: <  
<http://proferlao.pbworks.com/f/a+educa%C3%A7%C3%A3o+em+Arist%C3%B3teles.pdf>>.  
Acesso em: 10 de abril de 2016.

MORAES, Regina. **Realismo e Idealismo - Formas de pensar que se complementam**.  
2014. Disponível em: <<http://conhecimentoeofilosofia.blogspot.com.br/2014/09/quantas-vezes-na-vida-nos-questionamos.html>> Acesso em: 13 de abril de 2016.

PAVIANE, Jayme. Platão & a educação. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

REAPER, William. SMITH Linda. Introdução ao estudo das ideias: religião e filosofia no passado e no presente. São Paulo: Edições Loyola, 2001. 2ª edição.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SANTTOS, Edivan. **O que pensava Aristóteles sobre a educação?** 2003. Disponível em:<  
<http://lounge.obviousmag.org/abismo/2015/01/o-que-pensava-aristoteles-sobre-a-educacao.html>> Acesso em: 10 de abril de 2016.

SELAU, Bento. **Inclusão na sala de aula**. São Luiz/MA: Edufma, 2010. 2ª edição.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Declaração de Salamanca**. 2001. Disponível em: <  
<http://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 26 de abril de 2016.